

# AS INFLUÊNCIAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DOCENTE: IDENTIDADES EM CENA

Vitória de Valöis Veloso Beneli <sup>1</sup>  
Vânia de Fátima Matias <sup>2</sup>  
Lorena Mota Catabriga <sup>3</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a constituição identitária docente, a partir de uma análise documental das legislações que orientam a formação e atuação de professores. Considerando a identidade profissional docente como um processo dinâmico e socialmente construído, adotou-se como referencial teórico a perspectiva de Dubar (1997), Pimenta (2000, 2009) e Nóvoa (1992). A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com abordagem documental, sendo analisados documentos normativos nacionais, tais como a Resolução CNE/CP nº 02/2015, Resolução CNE/CP nº 02/2019 e a Resolução CNE/CP nº 04/2024. A análise evidenciou que as resoluções desempenham um papel fundamental na configuração do perfil docente ao estabelecerem parâmetros e exigências que interferem diretamente na formação inicial e continuada, entretanto, a legislação mostra-se isenta no tocante em relação a construção identitária docente e o que se espera dessa identidade. Indica-se que a identidade docente é construída a partir de um diálogo constante entre as exigências institucionais e a experiência prática, revelando a importância de políticas que valorizem a profissão e promovam condições adequadas de trabalho. Conclui-se que a formação identitária do docente não se limita a processos individuais, mas está profundamente relacionada ao contexto social e normativo no qual ele está inserido, destacando-se a necessidade de políticas que fortaleçam a autonomia e a valorização profissional.

**Palavras-chave:** Identidade docente, Legislação, Influências, Análise documental.

## INTRODUÇÃO

A construção identitária docente constitui-se como um aspecto fundamental para a análise das práticas pedagógicas empregadas no contexto universitário, bem como as dinâmicas nas interações entre professor-estudante e suas transformações no campo educacional. Ao examinar o perfil profissional e acadêmico dos docentes que atuam nos cursos de formação de professores, torna-se evidente a multiplicidade de fatores que influenciam sua identidade profissional (Passos; Leandro, 2023). O docente, no âmbito de seu trabalho, desempenha um papel que transcende a simples transmissão de conteúdos, sendo

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal - UF, vitoriadvalois@gmail.com;

<sup>2</sup> Professora orientadora: Doutora, Universidade Estadual de Maringá (UEM), vfmsouza@uem.br;

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Maringá (UEM), lorenamotacatabriga@hotmail.com



agentes formadores que, de maneira explícita ou implícita, impactam o processo de construção identitária dos futuros educadores.

A construção da identidade profissional docente está intrinsecamente ligada à internalização de normas e valores oriundos de contextos relacionais e biográficos, sendo um processo não apenas as dinâmicas interativas estabelecidas no cotidiano, mas também as influências resultantes das ações individuais, entrelaçadas com narrativas de vida, experiências acumuladas e as ambições pessoais de cada sujeito (Dubar, 1997). Assim, a identidade docente se configura como um fenômeno dinâmico e multifacetado, determinado tanto pelas relações sociais quanto pelos percursos únicos vivenciados pelos professores.

Reitera-se que a construção identitária profissional docente ocorre em um cenário de drama social de trabalho, onde o docente corre o risco de precarização e exclusão de vínculos estáveis de emprego, mas também precisa desenvolver estratégias para sustentar sua posição em um mercado cada vez mais competitivo. Assim, a identidade docente deixa de ser uma consequência natural da formação inicial ou da obtenção de um diploma e se torna um processo dinâmico, permeado por autocrítica, avaliação contínua das próprias capacidades e esforços para alinhar aspirações pessoais às demandas externas, conforme Dubar (1997).

As normativas voltadas para a formação docente incluem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que define a educação como um direito universal em todos os níveis de ensino e estabelece que a formação inicial deve preparar profissionais para atuar na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e em disciplinas específicas de sua área de conhecimento. A formação deve combinar teoria e prática, enquanto a formação continuada é destacada como essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas ao longo da carreira (Brasil, 1996).

Com o apoio da LDB, a formação inicial de professores é complementada pela Resolução CNE/CP nº 02/2015, que regulamenta cursos de licenciatura, programas de formação pedagógica para graduados e segunda licenciatura, além de abordar a formação continuada (Brasil, 2015).

Já a Resolução CNE/CP nº 02/2019<sup>4</sup> regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), priorizando princípios e competências gerais para a formação docente em três dimensões interdependentes: conhecimento profissional, prática profissional e engajamento profissional.

<sup>4</sup> A Resolução CNE/CP nº 02/2019, embora aprovada em 2019, foi oficialmente publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 15 de abril de 2020.



Tal medida é realizada a fim de complementar a preparação dos professores para o mercado de trabalho, orientando a formação e a prática de educadores por meio da valorização dos saberes e práticas docentes, mas sem detalhar a construção identitária do professor (Brasil, 2020).

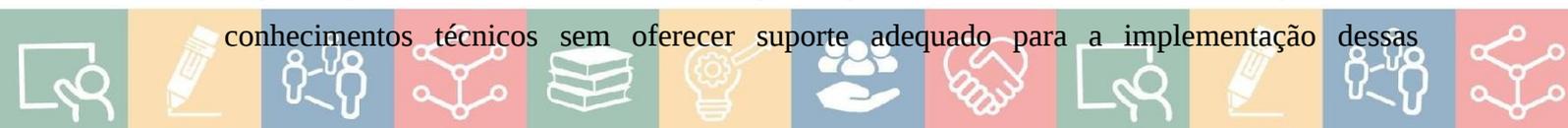
A atividade profissional docente não deve ser uma atividade burocrática voltada para a mera aquisição de habilidades e técnicas para o mercado de trabalho (Pimenta, 2000), visto que direcionar a formação para atender apenas às demandas imediatas do mercado, corre-se o risco de negligenciar a capacidade dos professores de promoverem uma educação reflexiva, essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes. Portanto, a formação docente não deve ser limitada ao domínio de técnicas operacionais, mas envolver aspectos como o saber ser, saber fazer e saber estar, garantindo uma educação mais humanística e crítica.

A mais recente Resolução CNE/CP nº 04/2024 acerca da formação inicial docente reafirma o papel do professor para além da sala de aula, enfatizando a formação continuada como meio de atualizar práticas pedagógicas e incorporar inovações educacionais. A resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de licenciatura, programas pedagógicos para graduados não licenciados e segunda licenciatura, mas mantém o foco na padronização de competências e habilidades (Brasil, 2024). Entretanto, ainda observamos a ausência de diretrizes claras acerca da construção da identidade profissional do professor.

A ausência de diretrizes explícitas sobre a identidade profissional docente, especialmente no contexto da formação inicial, evidencia a necessidade de uma visão mais abrangente e integrada. A sociedade contemporânea exige professores com sólida formação científica, pedagógica, cultural e social, capazes de atuar de forma crítica e criativa. Nesse cenário, é fundamental aprofundar o conhecimento sobre a identidade dos educadores responsáveis por formar futuros professores, como destacam Belo e Gonçalves (2012).

Como desafio, observa-se a tentativa de transformar cursos de formação docente em ambientes propícios para a construção de uma identidade docente agente de emancipação social e humana para com os licenciandos (Aparecida; Klebis; Gebran, 2017), entretanto, nota-se a crescente desmotivação e influências negativas perante a carreira docente nos cursos de licenciatura, tanto por parte dos docentes quanto estudantes devido a diversos fatores, como a falta de valorização social da profissão docente, a baixa remuneração e as condições precárias de trabalho.

Os próprios cursos de formação enfrentam dificuldades para atender às exigências impostas pelos documentos curriculares, que frequentemente enfatizam novas competências e conhecimentos técnicos sem oferecer suporte adequado para a implementação dessas



demandas, colaborando para um cenário onde os futuros professores encontram-se sobrecarregados e mal preparados para enfrentar os desafios reais das salas de aula (Passos; Leandro, 2023).

Embora haja esforços pontuais para criar espaços coletivos de reflexão sobre a identidade e a profissionalidade docente, tais iniciativas ainda são insuficientes, visto que os documentos curriculares e as diretrizes educacionais frequentemente abordam essas questões de maneira superficial, sem oferecer um suporte prático ou teórico robusto que permita uma análise crítica e profunda do que significa ser professor em um contexto contemporâneo marcado por desigualdades, transformações tecnológicas e crises sociais.

A relevância da presente pesquisa reside na possibilidade de ampliar a compreensão acerca das múltiplas dimensões da identidade docente, considerando suas implicações e influências tanto para os professores quanto para os estudantes em formação. Além disso, busca-se analisar como o arcabouço legislativo vigente se articula a esse debate, evidenciando os posicionamentos normativos e seus reflexos no desenvolvimento profissional dos licenciandos e no fortalecimento da docência.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa propõe-se a investigar a construção identitária docente nos cursos de licenciatura a partir da literatura, enfocando as possíveis influências e o posicionamento da legislação perante suas facetas. Portanto, a pesquisa caracteriza-se como um recorte da metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso da autora, enquadrando-se no tipo qualitativa, por meio do "estado do conhecimento" que envolve a identificação, registro e categorização de elementos que promovem a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma área específica em um período determinado, avaliando a relevância, qualidade e consistência dos estudos (Morosini; Fernandes, 2014).

Realizou-se a análise documental das Resoluções CNE/CP nº 02/2015 (Brasil, 2015), Resolução CNE/CP nº 02/2019 e a Resolução CNE/CP nº 04/2024, buscando compreender como as políticas educacionais abordam aspectos cruciais da formação docente, identidade dos professores e suas influências no processo de constituição identitária, bem como identificar o que esses documentos dizem sobre esses temas e como eles são concebidos dentro do contexto das políticas educacionais.

Foram realizadas buscas nas bases de dados Scielo e Periódicos da CAPES, empregando os descritores e operadores: Identidade profissional AND identidade docente



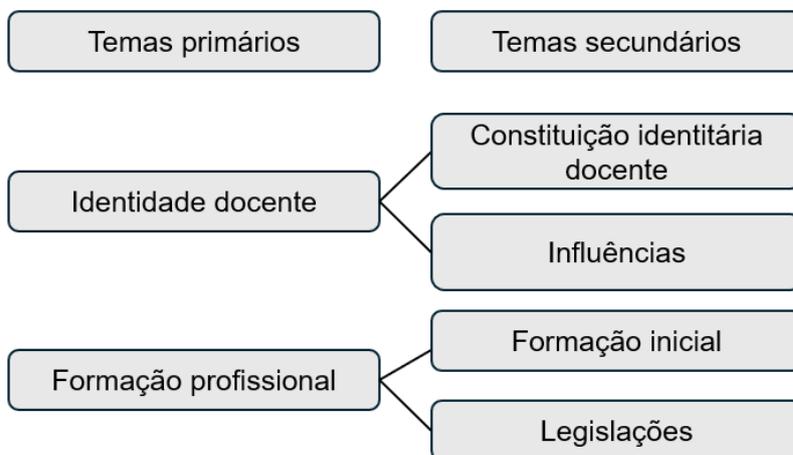
AND licenciatura OR identidade dos futuros professores. O período de análise foi delimitado entre 2002 e março de 2024, tomando como referência a homologação da Resolução CNE/CP nº 02/2002, que estabelece a carga horária mínima dos cursos de licenciatura (Brasil, 2002b).

Como critérios de inclusão para a seleção adotou-se: a) publicação dos documentos em periódicos ou anais de eventos acadêmicos na área da Educação; b) disponibilidade de acesso ao conteúdo completo; c) publicação em língua portuguesa e no contexto brasileiro; e d) abordagem de reflexões sobre as possíveis influências identitárias exercidas pelos professores formadores na construção da identidade dos licenciandos.

Foram identificados 5.386 artigos na base de dados Periódicos Capes e 3 artigos no Scielo, relacionados ao tema de estudo. Em seguida, realizou-se uma triagem preliminar dos materiais selecionados, considerando os títulos, resumos e palavras-chave como critérios de análise. Os artigos então, foram submetidos a uma análise de conteúdo envolvendo etapas de classificação e organização, visando o gerenciamento da informação (Richardson et al., 1985).

Foram selecionados 4 artigos para leitura completa (Belo; Gonçalves, 2012; Gomes; Brasileiro; Lima, 2014; Aparecida; Klebis; Gebran, 2017; Passos; Leandro, 2023), nos quais foram identificados e definidos os temas primários, sendo estes desdobrados em temas secundários, que serviram como base para a realização da análise. Posteriormente, os artigos foram submetidos a categorização temática, isto é, uma abordagem metodológica para interpretar e analisar os dados obtidos identificando-se os temas recorrentes entre os artigos e, posteriormente, agrupando-os em categorias amplas. Tal análise expôs os seguintes temas primários e secundários (Figura 2)

Figura 2 - Fluxograma com temas primários e secundários.



Fonte: a autora (2025).



O uso de categorias na análise de dados qualitativos constitui uma estratégia metodológica indispensável para a organização, interpretação e compreensão da complexidade do material investigado. Tal método de análise possibilitou uma classificação lógica dos dados, as categorias favorecem uma análise sistemática e estruturada, que permite comparações entre diferentes partes dos artigos, resultando em uma investigação mais profunda e detalhada. A abordagem é especialmente relevante para a revelação de padrões, tendências e relações significativas, as quais contribuem diretamente para responder às perguntas de pesquisa e para articular os resultados ao referencial teórico adotado, valorizando a riqueza e a complexidade inerentes aos dados qualitativos, promovendo uma análise abrangente que não perde de vista os detalhes (Richardson et al., 1985).

## REFERENCIAL TEÓRICO

As reflexões desenvolvidas neste estudo baseiam-se nas ideias de Dubar (1997), que considera a identidade profissional como um produto da socialização, formada por processos que englobam tanto aspectos relacionais quanto biográficos que envolvem as interações e influências vivenciadas nos diferentes sistemas de ação dos indivíduos, além de estarem profundamente conectados à história de vida e aos projetos pessoais de cada indivíduo. Assim, a identidade profissional é continuamente construída e (re)configurada por fatores sociais e individuais, sendo moldada ao longo da trajetória de vida de cada profissional.

Utilizou-se o aporte teórico de Pimenta (2000, 2009) e Nóvoa (1992) para embasar a discussão sobre a atividade docente e seus desdobramentos, assim como sobre a formação de professores. Pimenta (2000, 2009) contribui com uma visão aprofundada sobre o papel reflexivo e crítico do docente, destacando a indissociabilidade entre teoria e prática no exercício da profissão e a centralidade do projeto político-pedagógico na construção de identidades docentes. Por sua vez, Nóvoa (1992) aborda a formação de professores como um processo que transcende a mera aquisição de técnicas e conhecimentos específicos, enfatizando a dimensão histórica, cultural e pessoal que constitui a docência.

Ambos os autores convergem na defesa de uma formação docente que seja contextualizada, crítica e ancorada em práticas colaborativas e reflexivas, contribuindo para a compreensão do trabalho docente como um espaço de transformação e construção contínua. Esses referenciais teóricos fundamentam uma análise mais abrangente e crítica das práticas educacionais, situando a docência como uma profissão que requer, além de competências pedagógicas, um compromisso ético e político com a educação.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca da temática primária *identidade docente* dissolve-se nas temáticas secundárias *constituição identitária docente* e *influências*. No que tange a constituição identitária docente, temos sua complexidade intrinsecamente ligada à (re)conceitualização social da profissão e à (re)contextualização de suas práticas e do envolvimento pedagógico. Reflete-se a necessidade de compreender a docência como uma atividade dinâmica, permeada por transformações sociais, culturais e educacionais que demandam constantes ajustes e reflexões sobre o papel do professor no contexto contemporâneo (Pimenta, 2000).

Conforme Belo e Gonçalves (2012) que a identidade profissional docente envolve aspectos socialmente valorizados, tanto no âmbito pessoal do indivíduo quanto no impacto que exerce sobre as pessoas ao seu redor e sobre a instituição onde atua profissionalmente, refletindo-se uma interação dinâmica entre valores pessoais, relações interpessoais e as demandas institucionais do campo educacional. Ao longo da carreira docente, o profissional é capaz de experienciar e moldar novos conhecimentos, especialmente quando o professor se reconhece como um formador que vai além do simples ensino de conteúdo. Constrói-se e se configura, portanto, a partir dessas experiências e vivências, a identidade profissional docente (Passos; Leandro, 2023).

Diante de tantas demandas no meio educacional, tanto por parte das instituições de ensino quanto pela legislação concernente, à identidade profissional docente encontra-se em uma posição de polivalência, característica marcante do novo modelo de produção, mais flexível e informatizado, que surge para substituir o taylorismo/fordismo, isto é, o docente necessita desdobrar seu trabalho em diversas tarefas a fim de cumprir o que é demandado, traduzindo-se em uma identidade profissional indefinida (Gomes; Brasileiro; Lima, 2014).

A temática secundária *influências*, aborda que as experiências e influências recebidas na construção identitária docente não aparecem somente na prática profissional do professor, uma vez que “até mesmo nossa trajetória como alunos ao longo de nossa vida escolar contribui para o processo identitário. Entretanto, podemos inferir que algumas experiências têm mais significado do que outras, podendo ser fortes influenciadoras de nossa identidade docente” (Belo; Gonçalves, 2012, p. 306).

Nesse cenário, o papel do docente adquire uma relevância central, pois ele se configura como um elemento indispensável para gerar influências, negativas ou positivas, sob a constituição identitária docente dos licenciandos, reforçando o peso significativo que a



atuação do professor exerce na constituição de sua identidade profissional, evidenciando a necessidade de uma valorização ampla da docência (Aparecida; Klebis; Gebran, 2017).

A temática primária *formação profissional* desmembra-se em *formação docente inicial e legislação*. A *formação inicial* revela a construção de um sentido de pertencimento e a atribuição de significados ao papel do educador, elementos fundamentais para o fortalecimento da docência como profissão. Fomenta-se, portanto, uma formação docente ampliada, que transcenda as competências tradicionais, vinculando a complexidade da ação docente às demandas da sociedade atual, visto que

a formação inicial atua como um processo identitário, quando possibilita, ao futuro docente, construir conhecimentos relativos à profissão e vivenciar, por meio do estágio supervisionado, o contato com a escola básica, em um processo de articulação que lhe permitirá produzir sentidos sobre a profissão docente, bem como refletir e agir sobre ela (Aparecida; Klebis; Gebran, 2017, p. 87).

Na temática da *legislação*, a Resolução CNE/CP nº 02/2015 apresenta uma estrutura normativa ampla para a formação inicial e continuada de professores e revela um viés marcadamente utilitarista ao priorizar o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a inserção e adaptação ao mercado de trabalho. A abordagem se alinha à lógica da teoria do capital humano que, conforme Schultz (1973), a Educação integra-se à constituição do indivíduo e o torna mais preparado para responder às demandas do mercado de trabalho e da sociedade.

A profissão docente vai além da mera aplicação de habilidades e competências; ela está profundamente conectada às experiências, valores, projetos pessoais e reflexões críticas que os professores constroem ao longo de sua trajetória. No entanto, a Resolução CNE/CP nº 02/2015 não reconhece explicitamente esses elementos, o que pode levar à formação de profissionais tecnicamente habilitados, mas desprovidos de uma visão crítica, reflexiva e engajada com os desafios educacionais e sociais.

A Resolução CNE/CP nº 02/2019, por sua vez, embora fundamentada em princípios éticos e sociais, a resolução reflete uma abordagem funcionalista da educação, ao vincular a formação às demandas do mercado de trabalho e aos parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), favorecendo uma visão mais técnica e instrumental da formação docente (Brasil, 2020).

Embora as legislações foquem a formação profissional docente como fator substancial para a melhora na qualidade do ensino, tais iniciativas não se reverberam na prática, pois



O fato é que essas iniciativas se tornam contraditórias, uma vez que o mesmo governo que cria tais programas para incentivar a formação de novos docentes, é o mesmo governo que colabora para a desvalorização dos professores, sobrecarregando-os com horas aula abusivas, salas de aula em condições precárias, baixos salários entre outros. Como resultado, tem-se escolas públicas com grande ausência de professores em todas as regiões do país (Gomes; Brasileiro; Lima, 2014, p. 3).

A Educação, portanto, é tida como um meio de qualificação da força de trabalho para atender às demandas produtivas e econômicas, relegando a segundo plano aspectos fundamentais, como a construção identitária do professor. O documento, portanto, trata de forma superficial a construção da identidade docente, concentrando-se nas competências necessárias para o exercício profissional e não fornece clareza sobre como os processos formativos influenciam a identidade profissional, embora ressalte a importância de estágios supervisionados e práticas pedagógicas como elementos fundamentais da preparação docente (Brasil, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção identitária docente não é um processo técnico ou linear; ela envolve experiências individuais e coletivas, práticas reflexivas e uma constante negociação entre as expectativas sociais, institucionais e pessoais. Embora as legislações e resoluções atuais enfatizem competências técnicas e habilidades práticas, frequentemente negligenciam os aspectos subjetivos, relacionais e contextuais que compõem a identidade do educador.

Ao focar quase exclusivamente na instrumentalização técnica e na preparação para o desempenho funcional, isenta-se de tratar da docência como uma prática social, histórica e cultural, negligenciando os processos que envolvem a formação da identidade docente e limitando a formação do professor ao atendimento de demandas imediatas do mercado e às políticas educacionais de caráter gerencialista. Fragiliza-se, assim, a autonomia docente, pois não estimula a construção de uma identidade profissional fundamentada na ética, na responsabilidade social e na transformação educacional.

A ausência de diretrizes legislativas claras e específicas voltadas para a construção da identidade profissional docente reflete uma lacuna significativa no arcabouço normativo que orienta a formação inicial e continuada de professores. Como consequência, observa-se influências negativas na construção identitária dos estudantes de licenciatura, seja por meio da



desmotivação dos docentes ou pelas condições precárias em que se encontram os cursos de formação e a atuação docente profissional.

Portanto, é imperativo que futuras normativas considerem a centralidade da identidade docente no processo formativo, reconhecendo-a como um eixo estratégico para o fortalecimento da docência e para a promoção de uma educação emancipatória. Por meio de uma abordagem mais ampla e integrada será possível valorizar o papel docente enquanto sujeito que educa não apenas com base no saber de habilidades e técnicas, mas também a partir de sua experiência humana e ética.

## REFERÊNCIAS

APARECIDA, Mayara; KLEBIS, Augusta Boa Sorte Oliveira; GEBRAN, Raimunda Abou. O papel das representações sociais na construção da identidade docente. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, p. 86-96, jan./mar. 2017. DOI: 10.5747/ch.2017.v14.n1.h297. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1924>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BELO, Edileusa Valente; GONÇALVES, Tadeu Oliver. A identidade profissional docente do professor formador de professores de matemática. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 299-315, 2012. ISSN 1983-3156. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/9404>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 9, 4 mar. 2002b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquiv os/pdf/CP022002.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquiv%20os/pdf/CP022002.pdf). Acesso em: 2 ago. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8-12, 2 jul. 2015. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22015.pdf?query=LICENCIATURA). Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em:



[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf).  
Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 46-49, 15 abr. 2020.

Disponível em:

[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECPN22019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf).

Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 26-29, 3 jun. 2024. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=258171-rc004-24&category\\_slug=junho-2024&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rc004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192). Acesso em: 18 nov. 2024.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais.

Tradução de Anette Pierrette R. Botelho e Estela Pinto R. Lamas. Portugal: Porto Editora, 1997.

GOMES, Stephanie Silva Weigel; BRASILEIRO, Regina Maria de Oliveira; LIMA, Phabyanno Rodrigues. Identidade Profissional e trabalho docente: o que dizem os professores dos cursos de licenciatura do IFAL. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 7, p. 23-36, 2014. DOI: 10.15628/rbept.2014.3496. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3496>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. DOI: 10.15448/2179-8435.2014.2.18875. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 14 nov. 2024.

PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni; LEANDRO, Everaldo Gomes. Perfil profissional e acadêmico de formadores de professores que atuam nas Licenciaturas em Matemática e em Pedagogia. **Revista de Educação Matemática**, São Carlos, v. 20, n. Edição Especial, e023091, p. 1-18, 2023. DOI: 10.37001/remat25269062v20id367. Disponível em:

<https://www.revistasbemsp.com.br/index.php/REMat-SP/article/view/367/535>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza; WANDERLEY, José Carlos Vieira; CORREIA, Lindoya Martins; PERES, Maria de Holanda de Melo. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.





# IV ENLIC SUL

Encontro das Licenciaturas da Região Sul

IV PIBID SUL | IV Seminário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência  
III RP SUL | Seminário do Programa de Residência Pedagógica  
III ANFOPE SUL | Seminário da Associação Nacional pela Formação de Professores

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.**  
Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

